



Revista EaD &

tecnologias digitais na educação

Qualidade na Educação Superior a Distância e o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

Joshiley Coelho Guindo de Aquino, Anhanguera

joshileycoelho@gmail.com

Franciele Nunes de Oliveira, UCDB

dioejoshi@outlook.com

Luciana Aparecida de Carvalho Barbosa, UCDB

dioejoshi@gmail.com

Dioelen Virginia Borges Souza de Aquino Coelho, UFGD

dioaquinocoelho@gmail.com

Resumo. *A educação a distância tem crescido muito nas últimas décadas, uma vez que tem proporcionado a todos que tem interesse, em que antes o acesso ao ensino era dificultado pela impossibilidade de acesso, a inserção na educação. Trata-se de um artigo que tem como objetivo evidenciar ao longo da história da educação no Brasil o avanço da educação brasileira, iniciando o processo de alfabetização através de correspondências chegando a educação a distância através do uso de tecnologias de informação e comunicação, aprofundando a discussão o crescimento desta prática ganhando grande destaque através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para a pesquisa foram considerados os artigos publicados no Brasil, entre os anos de 1996 a 2015. Foram encontrados 23 artigos, livros e portarias ministeriais que foram lidas. Conclui-se que a educação a distância possui um papel primordial na educação, aumentando seu espaço a cada dia mais, e o uso das TICs são primordiais para a continuidade deste processo, tornando-se cada vez mais fundamental e indispensável.*

Palavras-chave: *Educação à distância. TIC. Avaliação do ensino superior.*

Abstract. *The distance education has grown tremendously in recent decades as it has provided to all who are interested in before access to education was hampered by the inability to access, the inclusion in education. This is an article*

that aims to show throughout the history of education in Brazil the advance of Brazilian education, beginning the process of literacy through correspondence reaching distance through the use of information and communication technologies, deepening discussing the growth of this practice gaining great prominence through Law of Education Guidelines and Bases. For the study were considered the articles published in Brazil between the years 1996 to 2015 found 23 articles, books and ministerial decrees that have been read. We conclude that distance education has a key role in education, increasing their space every day more, and the use of ICTs are essential to the continuity of this process, becoming increasingly important and indispensable

Key-word: Distance education. ICT. Higher education evaluation.

1. Introdução

O presente trabalho pretende apresentar a Educação a Distância (EaD), e seu vigoroso crescimento nos últimos anos, dentro do amplo contexto de transformações pelo qual vem passando a universidade brasileira desde a metade da década de 1990. O motivo que justifica a realização dessa pesquisa decorre da impossibilidade de se compreender o recente desenvolvimento da EaD, sem inseri-la no ambiente de mudanças no qual as Instituições de Ensino Superior (IES) estão imersas (POSSOLI, 2009).

A reflexão que se levanta acerca da EaD leva a quem reflete a estar disposto a junta cada elemento em seu lugar seja ele professor ou aluno e não responsabilizar o aluno por todo o processo de aprendizagem. Cada sujeito tem uma responsabilidade pelas estruturas correspondente do processo de aprendizagem. Os professores devem estar seguros em suas competências frente as TIC na educação.

Estamos caminhando para a união entre a educação presencial e a distância, e nesse cenário as TICs são peças fundamentais estruturantes para que aconteça esse processo. Quando a informação se torna acessível a todos a mesma amplia as possibilidades de aprendizagem das pessoas. Para dinamizar o aprendizado os professores necessitam agregar à sua prática além das aulas expositivas tradicionais que podem ser adaptadas e dinamizadas com diversos recursos tecnológicos que garantam o aprendizado do aluno e por consequência sua autonomia na construção de seu conhecimento.

Não somente na EaD se faz necessário o uso da TIC, ela também pode ser transferida ou adaptada a educação presencial, porém para que a mesma funcione, cabe aos professores repensarem suas práticas e como já mencionado renovar em sala de aula, podendo assim apresentar um grande leque de oportunidades de ensino aos seus alunos.

2. Políticas Públicas da Educação à Distância: breve histórico

O surgimento da EaD se deu em meados do século XIX por meio do ensino por correspondência, e tinha como objetivo formar pessoas para o mercado de trabalho, capacitação e formação profissional. A intenção era tornar a educação acessível às pessoas residentes em áreas isoladas ou àqueles que não tinham condições de cursar o ensino regular no período apropriado (BARRETO, 2008).

Por meio do rádio, a educação um meio de emitir de forma rápida as informações. Assim, a EaD passou também a ser difundida por meio de programas especiais transmitidos por diversas emissoras de rádio. Em 1970, houve a inclusão da televisão também começou a ser utilizada como um recurso da EaD. Com essa inclusão, houve uma motivação/interesse por parte de educadores nos recursos audiovisuais (BAUER, 2007).

Nos anos 1990, a EaD começou a ter novos recursos tecnológicos eram eles: computadores conectados a redes. Isso se deu a partir de 1995, com a ascensão da internet, momento em que se descobriu então um novo espaço de interação, os ambientes virtuais de aprendizagem (VIANNEY, 2010).

Vários problemas relacionados com a regulamentação das políticas públicas influenciaram diretamente para que, em sua grande maioria, as IES (instituições de ensino superior) acabassem por não acompanhar a crescente demanda dos serviços voltados a educação a distância e a formação de profissionais (BAUER, 2007).

A partir da Lei 9.394/96 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), a EaD passou a ter um novo papel frente ao contexto brasileiro por meio das medidas adotadas pelo Ministério da Educação. Através do artigo 80, oficialmente, a EaD foi introduzida no sistema brasileiro apresentando assim mais uma forma de ensino/aprendizagem.

A expansão da EaD no Brasil ocorreu após o marco regulamentário de 1996, por meio de vários projetos de licenciaturas que visavam atender aos dispositivos legais que regulamentam a formação de professores. Sendo essas experiências pioneiras favoreceram o desenvolvimento de projetos pedagógicos (de vários tipos) que formataram uma variedade de modelos para educação (Torres *et al.*, 2009).

No Brasil, a EaD recebeu então a nova projeção, a qualidade dos cursos de graduação à distância passou a ser interesse do Ministério da Educação. Logo, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) passou a auxiliar essas IES que promoveriam os cursos em EaD para que os mesmos obtivessem o máximo de qualidade necessário para a formação de profissionais de excelência e para isso foi elaborado um documento chamado “Referenciais de Qualidade para Educação a Distância”, publicado em 2003 atualizado em 2007.

O documento aponta elementos para atos legais do poder público relacionados a EAD, embora o mesmo não tem força de lei, constitui-se como instrumento sinalizador dos cursos de graduação no Brasil quanto a concepção, funcionamento e organização.

Nos anos seguintes, de forma significativa expandiu-se o oferecimento de matrículas em cursos de graduação na modalidade EAD, ocasionando problemas administrativos e pedagógicos em razão de não acompanhar também junto com a oferta o crescimento qualitativo, bem como não estar bem preparados os órgãos responsáveis pela supervisão. Vale destacar que a referida lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) foi lavrada apenas em abril de 2004 e ainda fase de consolidação.

Todas essas mudanças, resultantes de novas legislações e programas específicos, principalmente a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, vêm desempenhando um papel ambíguo na vida social do país (SEVERINO, 2008). Segundo Chauí (2003), a universidade da década de 90, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão, estando preocupada somente com índices de produtividade. Nesse contexto, a quebra da autonomia universitária é latente. Tal fato pode ser percebido quando se fala do aumento das horas-aula, da diminuição do

tempo para mestrados e doutorados, da avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, etc.

Enquanto para as IES públicas o seu público-alvo é visto como demandas sociais por serviços públicos, para as grandes empresas prestadoras de "serviços educacionais" este mesmo público é visto como mercado potencial e fonte inegável de oportunidades e lucro (CURY, 2010).

O governo favoreceu a segunda compreensão mercadológica e estimulou a competição entre estas instituições através do chamado Provão (Lei 9.131/95, normatizado pelo Decreto 2.026/96) porque apresenta o ranking das melhores e piores, sem avaliar as diferenças regionais e sem propor alternativas e investimentos para a melhoria da situação atual (BRASIL, 2001; 2005; 2006).

Estando a EaD reconhecida na legislação educacional vigente, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), a discussão que permeia a criação da Universidade Aberta do Brasil passou a fazer parte das prioridades do Ministério da Educação (BRASIL, 2004; 2015).

Conforme mostra Barreto (2008):

“se constrói ao mesmo tempo dentro e fora do Estado” e, também, que se organize de acordo com a realidade, inclusive, com a observância das dificuldades já enraizadas nas políticas públicas educacionais. É nessa perspectiva que consideramos importante insistir para que a cultura sobre o modo de construir e implementar essas políticas possa ser repensada e convertida em realidades favoráveis às camadas populares (BARRETO, 2008).

3. Educação a Distância: conceitos e sua qualidade de ensino

O surgimento da Educação a Distância segundo Silva (2007):

“[...] é um marco que não pode ser ignorado e certamente traz para a humanidade uma aceleração acentuada para a construção de uma vida melhor para milhões de seres humanos, não importando onde estejam”. (SILVA, 2007).

Para Rumble (2003), Educação a distância (EaD) consiste em um sistema de tecnologia de comunicação bidirecional, que por sua vez substitui a interação pessoal, esta que acontecia na sala de aula entre professor e aluno como meio único de ensino, sendo este mediado pelo ensino sistemático e a ação conjunta de diversos recursos didáticos e ainda a com um suporte tutorial de modo a facilitar a aprendizagem autônoma de seus usuários.

A Educação a Distância segundo Belloni, 2002:

“[...] nasceu e se desenvolveu como resposta a um acúmulo importante de necessidades educacionais: alfabetização, incorporação cada vez mais precoce ao mundo do trabalho, população isolada dos centros urbanos ou impossibilitada de acessar o ensino convencional”. (BELLONI, 2002).

Para Belloni (2009) a EAD tem como prioridade as pessoas adultas que não possuem, ou não tem possibilidade de frequentar um IES convencional (presencial), ou que possua pouco tempo para se dedicar aos estudos.

Muitos autores apresentam diferentes conceitos e visões acerca da educação a distância, porém de um modo geral, pode ser entendida como um método de ensino-aprendizagem que inclui estratégias de ensino aplicando tecnologias de informação, vindo a comprovar que a conquista pelo conhecimento pode ocorrer em tempo real mesmo que aluno e professor possam estar separados fisicamente dentro de um tempo e espaço (VIANNEY, 2010).

Para Bauer, 2007 esta modalidade de ensino:

“[...] é apontada como a forma capaz de conciliar a necessidade de educação continuada com a falta de tempo e as dificuldades cada vez maiores de um profissional estar fisicamente presente em sala de aula”. (BAUER, 2007).

No Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), em seu artigo primeiro, a Educação a Distância é definida “como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos dispersos.”

Bauer, (2007) destaca a importância de a comunicação ser bidirecional e dialógica em sua definição, critérios esses que hoje são considerados essenciais para a qualidade de programas em EaD. Uma análise dessa definição permite observar uma mudança de paradigma, no qual o aluno deixa de ser o receptor do conhecimento enquanto o professor é o transmissor. O aluno é responsável pelo seu aprendizado e para isso é necessário desenvolver algumas características (caso já não as tenha) de independência, organização e autoestudo. O mesmo autor aponta ainda a necessidade do apoio de uma organização e de sistemas de tutoria.

Levy (1999), destaca a grande diferença introduzida pela EaD para a educação:

A EAD explora certas técnicas de ensino a distância, incluindo as hipermídias, as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede (LEVY, 1999).

Belloni (2009) coloca que as definições tradicionais de EAD baseiam-se no parâmetro da sala de aula, enfatizando a distância em termos de espaço físico entre o aluno e o professor, e o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Todavia, ao falar de EAD, também a ideia de autoaprendizagem é crucial. Dessa forma, pode-se afirmar que essa modalidade de educação é voltada, primordialmente, não para os aspectos de ensino, mas sim para os aspectos de aprendizagem.

Embora exista a valorização do papel da universidade no desenvolvimento nacional, essa concepção contrasta fortemente com as tendências que se desenvolvem no Brasil, em que a educação pública de qualidade perde espaço e as instituições privadas dominam. Embora a educação superior seja um instrumento poderoso na formação de cidadãos e de profissionais voltados para a construção do patrimônio cultural nacional,

ela também pode servir a interesses meramente individuais ou de mercado (TRINDADE, 1999).

Assim, dentro do campo da Educação a Distância, principalmente a partir dos anos 90, desenvolve-se o conceito de Aprendizagem Aberta e a Distância (AAD) que, embora denote aspectos tradicionais da EAD, como a separação professor-aluno e uso das TICs, procura enfatizar também outros pontos. Esses outros pontos são representados pela autoaprendizagem de adultos e pela abertura, que é um conceito que se divide em flexibilidade, no sentido em que o processo de aprendizagem é livre no tempo e no espaço, e em acessibilidade, que explicita o acesso livre, a qualquer hora, ao sistema educacional (BELLONI, 2009).

De maneira crítica, Possoli (2009) aponta a possibilidade de a EAD estar cumprindo o intento neoliberal do Estado mínimo, que se exime da responsabilidade pela educação. Já que o discurso governamental fixa-se sob a proposta da democratização do acesso à educação e da aceleração do processo de formação, deve-se refletir em que nível essa modalidade educacional não está sendo, na realidade, um instrumento neoliberal, minimizando a atuação do Estado e aumentando o raio de atuação da iniciativa privada.

Alonso (1996), mencionam que a educação superior assumiu nos últimos anos uma posição de destaque quando relacionada ao crescimento econômico, cultural e termos mais gerais no desenvolvimento da humanidade como um todo.

4. TIC no contexto da ead e qualidade no ensino

A aplicação das TIC para incremento da aprendizagem em equipes interdisciplinares/inter-profissionais é descrita tanto em experiências durante a graduação e com profissionais já formados.

Segundo Vieira (2011, p.67): “o conceito de espaço e tempo é modificado e em função desta especificidade, as TICs configuram-se como elementos norteadores da aprendizagem, potencializando a integração entre os sujeitos envolvidos e o conhecimento desejado”. Para Barbosa (2012), as TICs trouxeram novo sentido à Educação a Distância, por meio de trocas sociais na proposta pedagógica. No entanto, Mendonça (2013) alerta que a Educação a Distância depende significativamente das TICs para encurtar as diferenças de tempo e espaço.

A aplicação das TIC para incremento da aprendizagem em equipes interdisciplinares/inter-profissionais é descrita tanto em experiências durante a graduação e com profissionais já formados.

No campo da Promoção da Saúde, as Conferências Internacionais reforçam a necessidade de uma reorientação dos serviços, que inclui a formação dos profissionais de saúde⁸. A Carta de Bangkok, publicada em 2005, tem como foco a globalização e menciona a melhoria das TIC como oportunidade para o enfrentamento dos determinantes sociais.

Os Referenciais de qualidade para a educação superior a distância, estabelecidos pelo MEC (2007), têm como objetivo aplicar uma avaliação formativa tanto presencial e a distância. É reafirmada ainda a obrigatoriedade de se observar que as avaliações presenciais devem preponderar sobre outras formas de avaliação (BARRETO, 2008).

Segundo Rumble (2003), se faz necessário que haja nas avaliações segurança, com a finalidade de garantir que os estudantes que realizarem a avaliação esteja regula-

rizado com a IES. Logo tais medidas tem a finalidade de garantir a confiabilidade e credibilidade dos programas de educação a distância.

Segundo Belloni (2009) traz um conceito de avaliação da aprendizagem na educação à distância:

“Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento. Desse modo, devem ser articulados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem” (BELLONI, 2002).

5. Considerações Finais

As políticas públicas voltadas para EaD são de grande relevância porque por meio das mesmas muito se tem avançado nesse nível da educação, por meio de portarias e leis pode-se alavancar a educação dando suporte de varias formas ao ensino não presencial buscando a acessibilidade de todos.

Analisando o atual panorama brasileiro observamos profundas transformações em relação ao ensino superior. Uma série de fatores históricos, e uma forte influência externa, vêm contribuindo para que se processe uma verdadeira mudança de paradigma do ensino superior em nível de país.

A educação a distância tem se adequadado a necessidade atual de ensino, e não porque é a distância deixa a desejar ou se torna menos exigente ou eficaz no ato de ensinar.

Percebemos que tanto a formação inicial como a continuada a distância tem se mostrado eficiente na formação de profissionais, bem como, com tem mostrado que seus alunos estão aptos ao mercado de trabalho e a concorrência que há ali.

A TIC tornou-se uma aliada incontestável dos professores para suas praticas em sala de aula, dessa forma não somente na EaD se faz necessário o uso da mesma mais também na educação presencial, porque o se busca aqui é a melhoria do ensino, dando condições aos alunos a adquirirem conhecimento com qualidade.

Quando se tem claramente separado os direitos de deveres de aluno e professor pode-se trabalhar melhor a avaliação do ensino, porque assim será cobrado de cada personagem aquilo que lhe compete de forma justa e acertada.

Referências

ALONSO, K.M. A educação a distância no Brasil: a busca de identidade. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/UFMT, 1996.

BARRETO, L. S. **Educação a Distância: perspectivas históricas**. Disponível em: <<http://lawi.ucpel.tche.br/abmes/estud26/lina.html>> Acesso em: maio de 2015.

BRASIL. *Lei no 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

_____. *Lei no 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF.

_____. **Edital no 1/2004-SEED-MEC**, Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: Maio de 2015.

_____. *Decreto no 5.622*, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

_____. *Edital no 1*, de 20 de dezembro de 2005. Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. *Decreto no 5.800/2006*. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para a educação superior à distância**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: maio de 2015.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: maio de 2015.

BAUER, Carlos et. al. **Políticas educacionais e discursos pedagógicos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por um sistema nacional de educação**. São Paulo: Moderna, 2010.

CRISPIM, Karoline Ana. **Políticas Públicas em EAD**. Disponível em: http://gamavirtual.ugf.br/cvn/seminario/Ana_Karoline_Maio2007.ppt#325,16,tendencia. Acesso em: 21 set. 2014.

Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Lei de Diretrizes e Bases. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância (2007). **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília: MEC/SEED.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010).

Instrumento de avaliação de cursos de graduação. Brasília: MEC/INEP.

Portaria MEC n. 335, de 6 de fevereiro de 2002. Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior.

RUMBLE, G. **A gestão dos sistemas de ensino a distância.** Brasília: UnB: UNESCO, 2003.

VIANNEY, J. V. V. S; TORRES, P. L. **A Educação a Distância no Brasil: o crescimento da modalidade, o perfil dos alunos, o desempenho dos estudantes no Enade, a legislação e os conflitos da educação superior a distância.** Florianópolis, 2010.